

# Paisagem cultural e memória: fragmentos da memória sobre o Largo do Rosário em Divinópolis

João Ricardo Ferreira Pires<sup>1</sup>

A modesta reflexão que apresento aqui é fruto das discussões teóricas e metodológicas que a equipe do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (CEMUD), da qual faço parte, vem desenvolvendo dentro dos campos da memória e da preservação do patrimônio documental da nossa região. De um ponto mais pragmático, é o resultado, em forma de texto, da comunicação que apresentei na abertura da 14ª Semana de Museus organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em maio de 2016, cujo tema era *Museus e Paisagens Culturais*. Além disso, está em diálogo direto com as imagens da exposição *Paisagens e Patrimônios em destruição e reconstrução: o Largo do Rosário*, uma das atividades que apresentamos na referida Semana. Na verdade, gostaria de pensar esse texto como um grande comentário à exposição. Encerrando essa apresentação dos motivos desse texto, gostaria de reforçar que ele faz parte de uma problemática que há muito tempo me angustia: a destruição do patrimônio construído de Divinópolis. Parece-me ser uma sina da nossa cidade: a destruição como signo da modernidade. No caso que analisarei aqui, pelo menos, a destruição foi sendo ressignificada com novos usos.

Com base na premissa do clássico dos estudos sobre a paisagem, o livro *Paisagem e Memória*, de Simon Schama, apresento uma colagem de fragmentos da memória sobre a praça do Mercado antes da construção do próprio, durante o período da Igreja, do Cemitério e do Largo. Pretendo mostrar, tal como Schama, que uma determinada paisagem é um conjunto de lembranças e esquecimentos. Mostrar as várias formas da cultura humana moldando uma determinada região, um determinado lugar, em suma, uma paisagem cultural. Assim, faço um pequeno exercício com o tema da Semana de Museus. Qual é a premissa? “Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetada

---

<sup>1</sup> Mestre em História UFMG. Professor UEMG Divinópolis. Pesquisador CEMUD.

sobre mata, água e rocha. Tal é o argumento deste livro” (SCHAMA, 1996, p. 70). Tal será nosso argumento: o Largo do Rosário e seu entorno são o que as memórias e as práticas que se ocupam daquele espaço dizem. O Largo, antes de ser ruas e construções, é cultura.

Mesmo que a obra de Simon Schama aprofunde a percepção cultural, as memórias de uma paisagem natural, ele nos serve como base conceitual, pois as camadas de memória, as várias manifestações culturais também estão presentes nas paisagens urbanas, nas praças e lugares de convivência social, como é a paisagem em questão aqui. Além disso, o que faz Schama é escavar a história e a memória de várias regiões da Europa atrás dos sentimentos, percepções, representações a respeito das florestas, dos rios, das montanhas. Guardadas as proporções e o largo marco temporal de Schama, é o que farei com uma paisagem cultural divinopolitana.

Outra referência complementar a Schama é o texto *O Cenário da Construção/Desconstrução do Largo do Rosário em Divinópolis/MG*, da professora Batistina. Mais que uma referência, sem esse texto não existiria o meu. Dele tirei vários dos trechos aqui apresentados. Dele tirei o *insight* de apresentar uma determinada paisagem urbana e as várias camadas de significações, ocupações, memórias, silêncios que ela traz na sua própria morfologia. Ou seja, as paisagens culturais e como se dão as várias experiências dos grupos humanos que passam, ocupam, se relacionam com a paisagem. Mas vamos a algumas definições do que seja paisagem e do que seja paisagem cultural.

Tomemos a geografia como exemplo por ser campo de estudos muito relacionado com a noção de paisagem. Poderíamos escolher a história da arte e analisar a longa tradição de pintura de paisagem e seus desdobramentos sociais. Poderíamos escolher a sociologia, a antropologia das paisagens. Poderíamos escolher a geologia, a arqueologia, a história das paisagens. São muitos os campos que se aventuram a entender as paisagens. Escolhi a geografia nesse ponto para diversificar meu olhar de historiador, para produzir em mim mesmo e, quem sabe no leitor, uma mudança de perspectivas teóricas, uma mudança nas possibilidades heurísticas da análise de um tema.

Há, nos estudos geográficos, uma área chamada geografia cultural que, penso, nos habilita profundamente a entender a relação entre natureza e cultura, entre as formas sociais e culturais e sua expressão no ambiente natural. Fornece elementos para rompermos com os dualismos da nossa tradição ocidental que, para se perpetuar e manter sua autoimagem, precisou produzir uma

separação brutal entre o que é natural do que é cultural, como se fossem opostos. Temos aqui uma questão filosófica, sociológica, histórica profunda que não discutirei, pois não é do escopo desse texto. Mas era preciso dizer, pois o conceito de paisagem cultural, para ser operatório, pressupõe que não há essa separação brutal, que as transformações culturais deixam marcas na paisagem natural.

Dentro desse campo da geografia cultural há um estudo, publicado pela primeira vez em 1925, intitulado *A Morfologia da Paisagem*, de Carl O. Sauer, que virou a referência fundamental no nascedouro desse campo de estudos por conter uma definição cultural do que seja uma paisagem geográfica. Uma de suas definições de paisagem, que para ele é um meta-conceito da geografia:

Paisagem é o equivalente inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando amplamente, e tem estritamente o mesmo significado: uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo, físicas e culturais (SAUER: 2004, p.23).

Dois importantes livros que fazem parte de uma coleção de publicações de geografia cultural nos orientaram nesse trabalho. Além disso, são referências importantes na discussão conceitual de paisagens, bem como estão na lista bibliográfica elaborada pelo IBRAM para a 14ª Semana de Museus. São eles: *Paisagem, tempo e cultura* e *Paisagem, Imaginário e Espaço*, ambos organizados por Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. São de uma importante coleção de Geografia Cultural e trazem vários aspectos dessa questão da paisagem, da apreensão e uso da paisagem pelos homens hoje e durante toda a história. Do primeiro, por exemplo, retiramos algumas noções: a ideia da paisagem como marca e como matriz, como marca, símbolo de uma dada sociedade, como matriz dos esquemas de percepção e organização do mundo, numa palavra, como matriz geradora de uma dada cultura. A paisagem não é apenas cultural, ela estrutura uma dada cultura. Ainda do primeiro livro temos as várias discussões sobre o que caracteriza uma paisagem como símbolo, como se apresenta essa simbolização e como ela pode ser interpretada e vivenciada. Questões importantes quando tomamos a paisagem aqui em questão como uma experiência cultural. Do segundo livro, é importante chamar

atenção para a noção da imaginação das paisagens, ou seja, para que uma dada região física, um dado lugar material se torne um objeto cultural é preciso que ele seja imaginado pelas pessoas que o usam, o ocupam. Dessa forma, a questão da imaginação social conforme discutido pelas ciências sociais se torna um conceito operatório para demonstrar o cultural nas paisagens físicas. Desse segundo livro, temos também a discussão sobre o sujeito que constrói a paisagem, que as paisagens são culturais apenas e quando determinados sujeitos a organizam dessa forma

Nossa paisagem aqui – o Largo do Rosário – está pensada no entrelaçamento entre as dimensões simbólicas (as crenças e sentimentos de quem por lá passava) e a histórica (as mudanças, tanto físicas quanto culturais, de 1850, quando foi construída a igreja, até 1957, quando foi destruída). Sem esquecer que isso tudo altera a morfologia desse lugar. O espaço físico não é obra apenas da natureza indeterminada, mas obra, também, das culturas determinadas. O Largo do Rosário é aqui pensado como uma cena, como uma unidade visual que traz consigo todo um aparato cultural e da memória. “A paisagem, de fato, é uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual” (CROSGROVE, 2004, p. 98)

O local está intimamente ligado à festa do Rosário e à sua igreja construída em 1850, pois a matriz já não comportava essa festa.

As paisagens não existem a priori, como um dado da natureza, mas somente em relação à sociedade. Em diferentes períodos históricos, o olhar lançado sobre o meio elege e inventa paisagens em uma construção social que não cessa. Por meio da habilidade humana, a natureza é transformada em objetos culturais. O que a natureza sugere, o imaginário social traduz e transforma em artefatos (Pereira Leite, 1998: 56). (LUCCHIARI: 2001, 22)

Como a imaginação da população divinizopolitana, principalmente de seus grupos socialmente desfavorecidos, transformou o Largo do Rosário em paisagem cultural? Como transformou a paisagem urbana de pedras, ruas, casas, na memória dos cheiros, das danças e orações do Rosário, dos namoros na praça, no abandono do prédio da Igreja e várias outras desse novelo sem fim? Como passamos do material, da forma arquitetônica, para as práticas culturais inscritas nessa forma? Como opera a imaginação social nesse caso? O que foi lembrado e o que foi esquecido?

Encerrando essa parte conceitual, não podíamos deixar de fora

a definição estatal-institucional. O IPHAN, na luta pela preservação, criou a chancela de paisagem cultural em 2009. Instrumento diferente do tombamento e do registro. Conforme os documentos legais de criação, “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Com base nesses pressupostos da geografia cultural, da história das paisagens e nos textos legais da preservação da paisagem cultural escavemos a memória do Largo do Rosário. Memória que demonstra como esse determinado lugar se tornou uma paisagem cultural da nossa cidade. Vamos, então, ao palimpsesto da memória, aos fragmentos da cultura humana que tornam o Largo do Rosário uma paisagem cultural divinopolitana, citados do texto da professora Batistina e de outros.

Segundo os comentários das pessoas mais antigas, nascidas e criadas aqui (...) em 1850 já se homenageava a N.S. do Rosário, protetora dos negros cativos, no grande largo da igreja. Januário Rocha, torneiro mecânico, já um antigo aposentado da também antiga E. F. Oeste de Minas, viveu mais de cem anos, foi por muitos anos capitão dos moçambiqueiros aqui em Divinópolis e nos contava belas histórias do passado desta terra, mais precisamente aquelas relacionadas à Oeste de Minas, Reinado e à igreja do Rosário. Então, dizia ele: os festejos de N. S. do Rosário eram abrilhantados pelos blocos dos marujos e pelos moçambiqueiros, formados naquele tempo exclusivamente por dançarinos da raça negra porque a festa era uma homenagem dos negros a N. S. do Rosário. Atualmente, todo mundo entra na dança de Reinado sem distinção de raça, cor, sexo ou idade. Naquele tempo passado, há muitos anos, os uniformes dos foliões eram rigorosamente impecáveis, instrumentos bem afinados, sanfona de oito baixos, reco-reco, tambores ou caixas, violas e gargantas afinadas para duetar uma boa cantoria. Ao redor da igreja foi reservada uma grande área de terra chamada de Largo do Rosário, para no futuro ser organizada uma grande e majestosa praça que receberia o mesmo nome da igreja: Praça do Rosário. Mas, muitos anos se passaram e a organização da praça não aconteceu.” (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho à professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992).

Marquemos com esse depoimento da memória que as festas do Rosário já eram feitas antes de 1850, que é quando começou a se organizar para a construção da Igreja. Além, é claro, do tom saudosista que a memória quase sempre professa quando é algo que lhe toca. É quase unânime que as memórias que temos registradas tomam a festa do Rosário como algo que vem perdendo seus valores tradicionais. Essa é sempre uma questão importante a se tratar: como os sentimentos pessoais dos depoentes alteram e conformam tanto o conteúdo quanto o estilo das memórias. Portanto, encontraremos sempre nas memórias um certo tom de lamúria, de desabafo perante as mudanças que a história produz. É como se marcar, falar de uma memória fosse uma vingança contra a história, contra aquilo que a história, com o passar dos anos, vai sempre destruindo.

Os negros eram enfeitados pelos seus senhores e os fazendeiros tinham gosto em ver os seus escravos dançando em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. (...) Começavam as danças dentro da igreja: congo, catupé etc. Às vezes, saíam em volta da igreja, visitando os festeiros, para se alimentarem ou para ganharem presentes. À tardinha, uma mesa era posta dentro da igreja, onde se assentavam à sua volta, o Vigário, o Capitão da Mesa e os festeiros eleitos para aquele ano e começava-se a leitura das dádivas. (...) Se um fazendeiro desse uma quantia maior para Nossa Senhora do Rosário (...) seu nome ia ser gritado pela voz do Vigário. (...) Neste momento, havia gritos, vivas, o sino repicava, os negros dançavam e lançavam desafios pelos feitos de generosidade de seus senhores e o padre, sorridente, agradecia (...) (AZEVEDO & AZEVEDO, 1988, p. 45/46)

Segundo a memória popular, portanto, pelo menos desde 1850, havia manifestações religiosas e sociais ligados à comunidade negra (escravos e livres) na atual Praça do Mercado. Não podemos aqui desenvolver e nem temos elementos ainda para isso, mas ficam algumas perguntas: como nos negros livres e libertos ocupavam esse espaço? Quais são os elementos culturais negros presentes nessas festas? Poderíamos afirmar ser o Largo do Rosário, naquele tempo, uma daquelas tantas Áfricas existentes nas cidades coloniais e imperiais, locais quase que livres do mando senhorial, locais de expressão da agência dos que legalmente e culturalmente não deveriam tê-la? Ou ainda, o que faziam os negros naquele lugar para além das suas festas religiosas? O que

escondiam da vida cotidiana dos negros do passado esse lugar? Revoltas individuais ou coletivas foram tramadas naquele lugar? São perguntas que poderiam enriquecer a historiografia cultural da escravidão na nossa localidade. Fica como sugestão de pesquisa.

E, o cemitério, o que dizem os fragmentos da memória?

Em 1875, o pequeno e único cemitério do adro da Matriz do Divino Espírito Santo já não comportava mais os constantes sepultamentos. O Padre Paulino, de comum acordo com os órgãos competentes e com o povo, decidiu construir o segundo cemitério na Praça do Rosário, isto é, no largo do Rosário, ao lado da igreja. Convocou o povo em geral para a luta e numa batalha acirrada entre homens, mulheres e crianças baldeando pedras nos ombros e na cabeça, sendo as maiores, mais pesadas, no carro de bois, conseguiram em pouco tempo construir os muros do novo cemitério com pedra seca empilhada, que recebeu o nome de cemitério do Rosário. O cemitério novo, a exemplo do velho, passou também a pertencer à matriz e administrado pelos padres da paróquia principal, como era de praxe naquele tempo, creio que pelo menos em toda Minas Gerais. Esse cemitério permaneceu ativo por um pouco mais de cinquenta anos e inclusive suportou a gripe espanhola de 1918 que levou para o seu interior centenas de corpos abatidos pela cruel epidemia. Em 1925, já bem povoado pelos túmulos de obra de arte, reduziu consideravelmente o espaço de terra destinado às sepulturas baixas para a pobreza. Nestas circunstâncias só teria vaga garantida aos proprietários dos túmulos. (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho, a professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992).

Desse depoimento ficamos sabendo a organização para a construção do cemitério, ficamos sabendo das disputas sociais por espaços no cemitério. É preciso lembrar que o local do sepultamento tinha uma importância cultural muito maior na sociedade oitocentista.

Os frades franciscanos chegaram aqui em 1924 e assumiram a paróquia até 1944, quando foi inaugurado o Convento de Santo Antônio. E eles, sem outra alternativa viável para resolver o problema grave dos cemitérios, foram ao Prefeito Sr. Olímpio Moreira Vasconcelos pedir providências urgentes no sentido de construir o 3º cemitério,

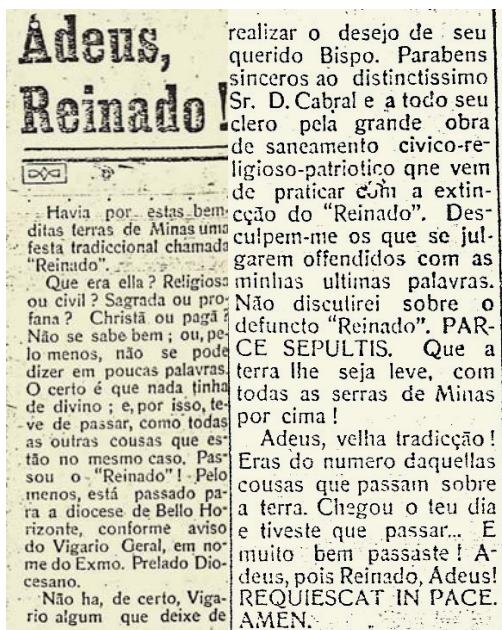
ainda em 1925. As obras foram iniciadas no fim do ano de 1925 e ficaram concluídas no início de 1926 do que hoje tem o nome de cemitério do Centro. Quem construiu o cemitério foi um pedreiro de nome José Nogueira, e durante os trabalhos ele sempre dizia aos colegas que ele seria o primeiro corpo sepultado naquele cemitério. No dia da inauguração, após os festejos e os bate papos dos puxa saco, José Nogueira suicidou e foi realmente o primeiro sepultado no cemitério que ele mesmo acabara de construir. A partir dessa data, o cemitério do Rosário só aceitava o sepultamento de quem fosse proprietário de túmulo. Mas, com o decorrer dos anos ele foi ficando de certa forma, meio desprezado. Alguns moradores da circunvizinhança foram carregando as pedras dos muros para fazer alicerce de barracão e quando o padre deu por fé, o cemitério estava no aberto. Foi construída uma cerca de arame farpado no lugar do muro, para evitar que as sepulturas fossem pisoteadas e os túmulos derrubados pelos animais que pastavam livremente nas ruas da cidade.” (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho a professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992).

Dessa passagem, gostaria de retirar a informação que o cemitério foi ficando desprezado. A memória sobre o lugar diz que aos poucos ele foi sendo abandonado, desprezado e que quando da sua destruição total, em 1957, já estava em ruínas. Seria esse desprezo uma metáfora do desprezo geral da sociedade pelos escravos? Seria esse desprezo obra de quem? Dos que antes ocupavam e faziam suas festas ali, do poder público que deveria zelar pelo local? Ou ainda, seria fruto da especulação imobiliária que produz grandes espaços desvalorizados para depois poder comprá-los e fazer construções que sejam depois revalorizadas? Não tenho a resposta, mas fica também, como uma possível ideia de pesquisa: o que levou o Largo do Rosário e seu entorno perder valor simbólico e material? Agora, vamos dar um salto cronológico e sair do século XIX e ir ao início do XX.

Durante as primeiras décadas do século XX houve forte campanha da Igreja Católica contra toda manifestação com ascendência africana com base numa luta para, segundo os termos da época, purificar o catolicismo. Tal processo culminou em forte perseguição às festas do Rosário. Com apoio da polícia e das elites, provocou uma marginalização dessas culturas, mas nunca o seu

desaparecimento, o que pode ser constatado pela prática ainda constante. Na sequência, apresento trecho das cartas do bispo Cabral e matérias de jornal que falam sobre esse período. Não temos como qualificar como ficou a ocupação cultural do Largo do Rosário durante esse período, mas levando em conta que todos dizem que a igreja e o cemitério do Largo estavam abandonados quando da sua destruição é possível inferir que a marginalização da festa tenha também atingido sua paisagem. Mas é apenas uma hipótese.

Pelo correio, sem saber a procedência, recebi o programma incluso no que se dão pormenorizadamente todos os detalhes da Festa do Rosário em Divinópolis! Este programma está em flagrante e provocante desrespeito às determinações dos Srs. Arcebispos desta província eclesiástica embora ali se façam menção de confissões e (comemorações?) “aos chamados Reis, Rainhas, príncipes e princezas do Rosário”, as festas religiosas de permeio com as festas de rua, tudo isso não passa de um desfarce com que ahi se desrespeita acintosamente as determinações da autoridade eclesiástica! Rogo a V. Rcia uma explicação se é possível encontra-la para semelhante desprezo da autoridade nesta parochia confiada ao zelo dos queridos Padres Franciscanos. (...) tenho tentado até ao sacrifício para separar (?) o culto religioso destas extravagâncias que se não poderão mais justificar no seio de uma população culta e sinceramente religiosa. Desta attitude não me afastarei jamais. Espero encontrar nos nossos caros vigários os dedicados cooperadores da minha acção e não os fermentadores de festas como esta em inteira desharmonia com a orientação seu humilde Prelado. Haveremos de combinar do conjunto de medidas para que tais abusos se não repitam e para que os nossos caros Padres Provincianos sejam apresentados como modelo de acatamento e submissão ao seu obscuro arcebispo. (DIVINÓPOLIS. Arquivo do Santuário de Santo Antônio. Carta de D. Antônio do Santos Cabral a Frei Rodrigo. 21 de agosto de 1927) Retirado de: LEONEL, Guilherme Guimarães. Fé, festa e espaço público: a história do Reinado na Divinópolis do século XX. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Sousa. Divinópolis História e Memória. Volume 1: Origens e Religião. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 289-290)



*JORNAL O CLARÃO – Órgão Oficial da União dos Moços Católicos. “Adeus, Reinado!”. Divinópolis, aprox. jul. 1923. Fonte: Museu Histórico de Divinópolis. Divinópolis, M.G. Retirado de: LEONEL, Guilherme Guimarães. Fé, festa e espaço público: a história do Reinado na Divinópolis do século XX. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Sousa. Divinópolis História e Memória. Volume 1: Origens e Religião. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 289-290)*

Chegando ao final da nossa viagem pela memória e paisagem divinopolitana, vamos ao período da destruição do Largo conjuntamente com a igreja e o cemitério para dar lugar ao Mercado Municipal. O antigo dando lugar ao novo. Só não podemos esquecer que na modernidade o que é novo rapidamente se torna antigo e o Mercado também viveu seu período de esquecimento. E, ao que parece, vive um momento de revalorização.

Nossa paisagem cultural, portanto, é um rico mosaico para a questão da destruição, reconstrução dos patrimônios, um dos temas que quisemos realçar na Semana de Museus. Que esse modesto exercício sirva para nossa reflexão sobre como podemos usar e preservar nossas paisagens sem que necessariamente congelemos a cena, encerremos toda a diversidade patrimonial em apenas um aspecto. Que o Largo do Rosário que teve tantas e diversas vidas continue a nos lembrar que o tempo passa, mas as culturas podem permanecer.

Em 31/01/1955 tomou posse como prefeito eleito pelo povo, o Engenheiro Dr Luiz Fernandes de Souza. De imediato ele projetou a construção do primeiro mercado municipal de Divinópolis e o local ideal seria sem dúvida a Praça do Rosário onde estavam implantados o cemitério e a igreja, ambos já bem velhos, em ruínas. Na certa, estes dois elementos históricos iriam ser demolidos e eu ouvi comentários que o prefeito Dr. Luiz ofereceu lote de graça no cemitério novo aos proprietários de túmulos no cemitério velho do Rosário para construção de túmulos novos e trasladar os restos mortais dos seus familiares. E o prefeito Dr. Luiz deu início às obras de construção do mercado, creio que em 1956. O trator estava demolindo os túmulos e o Sr. Bernardino Machado foi chegando com um sanfão de oitenta baixos, sentou-se no barranco e ficou ali olhando o trator derrubar túmulos e revirar sepulturas. Quando o trator mandava pro ar o solado de uma botina velha, ele chorava em voz alta e dizia: meu Deus do céu, é a botina do meu pai. Quando arancava um crânio, um osso do braço ou da perna, ele chorava e dizia: esses ossos são do meu pai. Coitadinho. Bernardino chorou, chorou muito e depois sentou o dedo no sanfão e tocou valsas sentidas do Zequinha de Abreu. Finalmente, ele dormiu debruçado sobre a sanfona e naquela respiração profunda, o som acompanhava o ritmo da respiração, fazendo: fom, fom, fom, fom. A igreja de N. S. do Rosário teve o mesmo fim do cemitério. Os marginais e vândalos arrombaram as portas e faziam da igreja um verdadeiro motel, praticavam ato sexual na presença das imagens dos Santos. Um determinado dia, um dos vigários da Matriz do Espírito Santo flagrou um soldado da polícia militar, com uma virgem menor de idade dentro da igreja, comunicou o fato ao comando e o soldado foi expulso da corporação e o pai da menina ainda fez o casamento deles na marra. E o fim da igreja foi mesmo a demolição. (Depoimento de Joaquim Zacarias Corgozinho à professora e pesquisadora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, 76 anos, em 27 de novembro de 1992)

Antigos moradores de Divinópolis contam uma história de que, em um certo dia, um soldado seduziu uma mulher dentro desta igreja, e esta foi excomungada e ficou anos abandonada, até que em um certo dia o Dr. Luiz Fernandes de Souza, engenheiro da Prefeitura, mandou que ela fosse

demolida juntamente com um cemitério que existia ao lado para a construção do mercado municipal. A demolição desta igreja e principalmente do cemitério provocou muita polêmica aos moradores de Divinópolis, porque os restos mortais que existiam neste cemitério foram transportados para outros cemitérios e os parentes e amigos destes falecidos não aceitavam de maneira alguma a ideia de transporte destes corpos. O Cruzeiro foi uma lembrança das missões de 1875 colocado no Largo do Rosário, local onde se situavam o cemitério e a Igreja do Rosário. O Cruzeiro foi retirado depois da demolição da igreja e cemitério. (Texto sem autoria no acervo do Museu Histórico de Divinópolis. Retirado do texto: O Cenário da Construção/Desconstrução do Largo do Rosário em Divinópolis/MG)

Para concluir quero reforçar que tal reflexão é bem inicial, que não pretende esgotar as possibilidades conceituais com o Largo do Rosário, ela foi sim um comentário, como disse antes, sobre a exposição na Semana de Museus. Muitos pontos ficam por desenvolver. Muitos pontos foram apontados no próprio texto para serem desenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Francisco G. & AZEVEDO, Antônio Gontijo. *Da História de Divinópolis*. Divinópolis, 1988.
- CORGOZINHO, Batistina M. de Sousa. O Cenário da Construção/Desconstrução do Largo do Rosário em Divinópolis/MG. In: CORGOZINHO, Batistina M. de Sousa; FERREIRA, José Heleno; ARRUDA, Lúcia Maria Silva. *História e Memória do Centro-Oeste Mineiro 4: cidades centenárias: desenvolvimento regional e inclusão social*. 1 ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2013, p. 54-94.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001
- LEONEL, Guilherme Guimarães. Fé, festa e espaço público: a história do Reinado na Divinópolis do século XX. In: CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira; CORGOZINHO, Batistina de Sousa. *Divinópolis História e Memória. Volume 1: Origens e Religião*. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 289-290.
- SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto

Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 12-74.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf).

\*\*\*